



1º SIMULADO

Procurador PGE RS

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é da PGE-RS.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PGE-RS-Procurador-18-09>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**LÍNGUA PORTUGUESA**

Adriana Figueiredo

Instrução: As questões 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

O jornalista e escritor Steven Kotler, autor do livro *The Art of Impossible*, lançado no começo deste ano, cunhou o conceito “non-time” como um período de “pausa no bombardeio sensorial do mundo”.

Em outras palavras, seria a arte de não fazer nada além de pensar, algo que está diretamente ligado à capacidade criativa dos seres humanos e tem sido praticado há muito, inclusive por gênios da ciência, como Charles Darwin e Albert Einstein, e empreendedores de sucesso, como Steve Jobs.

Em um artigo publicado no site do TED, Kotler escreveu que o conceito de “non-time” é o momento “de sonhar acordado e de distanciamento psicológico”, permitindo “que nosso subconsciente encontre associações remotas entre ideias”. O autor também citou a importância de se afastar dos prazos, denominando-os de “criptonita para a criatividade”, e de ficar sozinho.

“A pressão força o cérebro a se concentrar nos detalhes, ativando o hemisfério esquerdo e bloqueando a imagem maior”, acrescentou. “Pior, quando pressionados, muitas vezes ficamos estressados.”

Uma reportagem do site Business Insider lembra que Einstein e Friedrich Nietzsche passavam horas sem fazer nada, a não ser pensar, enquanto Darwin adorava fazer caminhadas para “pensar no caminho”.

Já Jobs era conhecido por seu costume de procrastinar, e especialistas afirmam que isso o teria ajudado a atingir grandes sucessos na Apple. O executivo também gostava de realizar reuniões enquanto caminhava, prática apreciada por mais um empresário de sucesso, Mark Zuckerberg, fundador do Facebook.

Então, da próxima vez que você quiser preencher uma lacuna em sua programação, talvez seja bom parar e reservar um tempo para apenas pensar. Isso pode ajudar na elaboração de ideias criativas.

Disponível em
<<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2021/09/tecnic-a-adotada-por-jobs-darwin-e-einstein-para-estimular-criatividade.html>>

01. Analise as seguintes assertivas sobre o texto, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() De acordo com o texto, o “non-time” é algo benéfico, que potencializa momentos de criatividade.

() Os exemplos trazidos no texto têm a função de dar maior credibilidade à tese defendida pelo autor

() Segundo o autor, as atitudes de Steven Jobs não tiveram tanto sucesso quanto as de Darwin ou Einstein.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V.
- b) V – F – F;
- c) V – V – F;
- d) F – V – V;
- e) F – F – F.

02. No 6º parágrafo, o conectivo “já” tem valor _____ e poderia ser substituído por _____ desde que _____ alterações no período.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) adversativo – por outro lado – se façam;
- b) adversativo – mesmo que – não se façam;
- c) aditivo – por outro lado – não se façam;
- d) aditivo – mesmo que – se façam;
- e) consecutivo – por outro lado – se façam.

03. No trecho “capacidade criativa” (2º parágrafo), temos um adjetivo que poderia ser substituído pela locução adjetiva “de criação”. Assinale a alternativa que apresenta o par INCORRETO de adjetivo e locução adjetiva que tenham o mesmo sentido.

- a) etário – de idade;
- b) docente – de aluno;
- c) insular – da ilha;
- d) infantil – de criança;
- e) oral – de boca.

04. Considerando o emprego dos pronomes e seus referentes, analise as assertivas a seguir:

I. No 3º parágrafo, em “denominando-os”, o referente do pronome oblíquo “os” é “os prazos”.

II. No 6º parágrafo, o referente do pronomine “isso” é o verbo “procrastinar”.

III. No 7º parágrafo, o referente do pronome “isso” é o verbo “pensar”.

Quais estão corretas?

- a) apenas I;
- b) apenas II;
- c) apenas III;
- d) I e II;
- e) I e III.

05. Assinale a alternativa na qual haja a ocorrência de voz passiva.

a) “O jornalista e escritor Steven Kotler, autor do livro *The Art of Impossible*, lançado no começo deste ano, cunhou o conceito “non-time” (1º parágrafo);

b) “algo que está diretamente ligado à capacidade criativa dos seres humanos e tem sido praticado há muito” (2º parágrafo);

c) “A pressão força o cérebro a se concentrar nos detalhes, ativando o hemisfério esquerdo e bloqueando a imagem maior” (4º parágrafo);

d) “enquanto Darwin adorava fazer caminhadas para “pensar no caminho” (5º parágrafo);

e) “prática apreciada por mais um empresário de sucesso, Mark Zuckerberg, fundador do Facebook.” (6º parágrafo).

06. Assinale a alternativa que NÃO poderia substituir “apreciada”, em “prática apreciada por mais um empresário de sucesso” (6º parágrafo), sob pena de acarretar alteração do sentido original do texto:

- a) estimada;
- b) adorada;
- c) valorizada;
- d) ponderada;
- e) prezada.

07. Analise as seguintes assertivas sobre pontuação no texto:

I. A vírgula em “O jornalista e escritor Steven Kotler, autor do livro *The Art of Impossible*, lançado no começo deste ano” (1º parágrafo) é empregada para separar um adjunto adverbial.

II. A vírgula depois de “Em um artigo publicado no site do TED” (3º parágrafo) isola um adjunto adverbial deslocado.

III. A vírgula utilizada depois de “Já Jobs era conhecido por seu costume de procrastinar” (6º parágrafo) está gramaticalmente errada.

Quais estão corretas?

- a) apenas I;
- b) apenas II;
- c) apenas III;
- d) I e II;
- e) II e III.

08. Caso na frase “A pressão força o cérebro a se concentrar nos detalhes” a palavra sublinhada fosse passada para o plural, quantas outras palavras deveriam ser alteradas para manter a correção do período?

- a) Uma;
- b) Duas;
- c) Três;
- d) Quatro;
- e) Cinco.

09. Assinale a alternativa que indica a correta reescrita do período a seguir, mantendose o mesmo significado do trecho original: “Uma reportagem do site Business Insider lembra que Einstein e Friedrich Nietzsche passavam horas sem fazer nada, a não ser pensar”:

- a) Reportagem do site Business Insider afirmava que Einstein e Friedrich Nietzsche não faziam outra atividade, além de pensar;
- b) Einstein e Friedrich Nietzsche eram famosos por terem muito tempo para pensar, de acordo com uma reportagem do Business Insider;
- c) Se Einstein e Friedrich Nietzsche tivessem tempo, eles se punham apenas a pensar, de acordo com uma reportagem do site Business Insider;
- d) De acordo com uma reportagem do site Business Insider, tanto Einstein quanto Friedrich Nietzsche ficavam horas apenas a pensar, sem fazer outra coisa;
- e) A reportagem do Business Insider deixa clara a função do tempo livre para Einstein e Friedrich Nietzsche: apenas pensar.

10. A palavra sublinhada em “talvez seja bom parar e reservar um tempo para apenas pensar” (7º parágrafo) expressa uma circunstância de dúvida. Assinale a alternativa em que o termo sublinhado NÃO expressa uma circunstância.

- a) Lia rápido demais enquanto comia;
- b) Sorriu furtivamente;
- c) Vou frequentemente à academia, quatro vezes por semana;
- d) O risoto foi preparado para uma pessoa especial;
- e) Mal saiu e já voltou.

Instrução: As questões 11 a 18 referem-se ao texto abaixo.

Pensei em escrever com leveza e simplicidade sobre as mulheres. Queria escrever um texto que fluísse de uma forma bem leve, atrativo, enfim feminino...

Uma crônica que fosse comparada com o voo de um pássaro e gastronomicamente com o degustar de uma gelatina: que descesse leve por nossa goela abaixo.

Mulheres... As mais conhecidas são aos extremos. Ora transloucadas, ora fantásticas: Maria, mãe de Jesus, abnegada; Madonna, Rainha do Pop, foi mulher de um outro Jesus, mais de 70 anos: cantora louca e inteiraça; Madre Tereza de Calcutá, quem nunca ouviu falar?

E as “mulheres mães” comuns e fabulosas, que com a mão na massa nunca deixam o leite entornar, temperam maravilhosamente bem e esperam os filhos agarradas ao relógio.

Particularmente, as mulheres ao volante são as melhores, as mais hilárias, com exceção, é claro! Querem disputar o espaço com os homens, se dizem cautelosas, mas são medrosas... Estressam-se, fingem ter calma e soltam frases do tipo: “eu nunca bati”! “sou cuidadosa”! “tá com pressa, sai voando”!. O utensílio principal do automóvel, para essas mulheres, é o espelhinho do carro onde passam horas e horas retocando batom, espremendo espinha, tirando pelos da sombrancelha etc e tal. A alegria maior é quando o sinal está fechado e o trânsito parado. É um tal de pegar celular e ligar para a amiga, olhar as vitrines e colocar música romântica que só vendo! (exceções à parte!)

Entender a alma feminina não é fácil, assim como não é fácil ser mulher...

Adaptado de
<<http://www.mimosoinfoco.com.br/noticiario/cronica-renata-mofatti-ah-essas-mulheres/>>

11. De acordo com as ideias do texto, as mulheres

- a) são serem de fácil compreensão.
- b) não podem ser comparadas aos homens, ainda que queiram;
- c) não são iguais, mas existem aquelas que se tornam estereótipos;
- d) fingem ser poderosas e desejam ser grandes ídolos, como Madona;
- e) não prestam atenção ao trânsito enquanto dirigem.

12. Justifica-se o pertencimento desse texto ao gênero crônica, o fato de:

- a) abordar um tema formal, distante da realidade do leitor.
- b) ser estruturado como uma dissertação;
- c) refletir uma situação que faz parte do cotidiano do leitor;
- d) expor a realidade da mulher em casa;
- e) mostrar a insatisfação das mulheres com a realidade.

13. Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que se caracteriza pela:

- a) informalidade, com estruturas mais simplificadas, de forma a afastar o leitor do texto.
- b) formalidade, com estruturas complexas, de forma a afastar o leitor do texto;
- c) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem escrita;
- d) formalidade, com a presença de linguagem rebuscada e estruturas da linguagem escrita;
- e) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem falada.

14. Assinale a alternativa correta sobre pontuação no texto:

- a) a substituição do ponto-e-vírgula antes de “Madre Tereza de Calcutá” (3º parágrafo) prejudicaria a correção gramatical.
- b) As reticências depois de “Mulheres...” poderiam ser substituídas por dois-pontos, sem alteração do sentido original do texto;
- c) a vírgula antes do pronome “que” em “que com a mão na massa” (4º parágrafo) pode ser suprimida, sem alteração do sentido original do texto;
- d) a vírgula depois de “Particularmente” (5º parágrafo) não poderia ser retirada sem que houvesse prejuízo na correção gramatical;
- e) as vírgulas que isolam “para essas mulheres” (5º parágrafo) são facultativas.

15. Analise as seguintes frases retiradas do texto e assinale a alternativa em que a expressão NÃO apresenta sentido metafórico ou figurado.

- a) “Queria escrever um texto que fluísse de uma forma bem leve, atrativo, enfim feminino...” (1º parágrafo)
- b) “Uma crônica que fosse comparada com o voo de um pássaro e gastronomicamente com o degustar de uma gelatina” (2º parágrafo)
- c) “Maria, mãe de Jesus, abnegada; Madonna, Rainha do Pop, foi mulher de um outro Jesus, mais de 70 anos: cantora louca e inteiraça” (3º parágrafo)
- d) “O utensílio principal do automóvel, para essas mulheres, é o espelhinho do carro” (5º parágrafo)
- e) “Estressam-se, fingem ter calma e soltam frases do tipo: “eu nunca bati”! “sou cuidadosa”! “tá com pressa, sai voando”!” (1º parágrafo)

16. Considerando as regras do Acordo Ortográfico vigente, assinale a alternativa correta sobre palavras do texto:

- a) As palavras “voo” e “pelos” estão grafados de forma incorreta;
- b) “Utensílio” e “relógio” são acentuados pela mesma regra;
- c) seguindo as regras do uso do hífen, “transloucadas” e “abnegada” deveriam ser escritas como “trans-loucadas” e “ab-negadas”;
- d) “hilárias” e “automóvel” são acentuados pela mesma regra;
- e) “Calcutá” e “tá” são exceções à regra de acentuação das oxítonas.

17. Em relação à sintaxe do período, o trecho “com leveza e simplicidade” (1º parágrafo) exerce a função sintática de:

- a) adjunto adverbial;
- b) objeto direto;
- c) objeto indireto;
- d) complemento nominal;
- e) predicativo do objeto.

18. Assinale a única possibilidade de alterações no texto, para que sejam mantidos o sentido e a coerência textuais:

- a) “fluísse” por “jorrasse”;
- b) “horas e horas” por “toda hora”;
- c) “translucadas” por “desvairadas”;
- d) “inteiraça” por “completa”;
- e) “Não é fácil” por “é dispendioso”.

Instrução: Considere o texto abaixo para responder às questões 19 e 20.

O apelo de Bauman ante uma responsabilidade moral (amparando-se em Lévinas e Logstrup) contrasta com a tendência social de uma “demanda ética teimosa e irritantemente silenciosa (porque inespecífica), (...)” (BAUMAN, 2008, p. 116). Como no exemplo da proliferação dos radares no meio urbano. A lógica do discurso de poder é que eles impedem o enorme número de acidentes. Mas sabe-se que há também (ou exclusivamente) uma preocupação em se arrecadar proventos com o desvio de conduta do motorista.

Pela lógica cínica do poder o desvio ético gera dividendos ao erário do poder constituído. O diagnóstico de Bauman da citada sociedade de consumo corresponde I um acréscimo ao individualismo que obscurece II possibilidades de gênese de um sujeito moral. Esse avanço do individualismo é traduzido pela “substituição da “responsabilidade pelos outros” por uma “responsabilidade perante si próprio”. Nos escritos de Bauman há uma ênfase crítica ante III entidade social que se denomina de “consumidor”. Essa é uma das condições da vida pós-moderna, ou seja, o avanço extraordinário da sociedade de consumo que Bauman qualifica de “mundo líquido-moderno dos consumidores”. Tal mundo apresenta-se com algumas características. Primeiro, o que se entende por “ideologia” pode ser considerado como as estratégias de marketing que objetivam não só o aumento das vendas, mas também em produzir um ótimo consumidor.

Dagmar Manieri. *O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman* (Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/6087>>)

19. Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

- a) à – as – a essa;
- b) à – às – a essa;
- c) a – as – a essa;
- d) a – as – essa;
- e) a – às – essa.

20. Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, tendo em vista a formação do período composto em Língua Portuguesa:

I- Há erro de colocação pronominal em “Mas sabe-se que há também (ou exclusivamente) uma preocupação” (1º parágrafo)

II- Há erro de pontuação em “Pela lógica cínica do poder o desvio ético gera dividendos ao erário do poder constituído.” (2º parágrafo)

III- Há quebra de paralelismo em “as estratégias de marketing que objetivam não só o aumento das vendas, mas também em produzir um ótimo consumidor.” (2º parágrafo)

- a) V – F – V;
- b) V – V – F;
- c) F – F – F;
- d) F – F – V;
- e) F – V – V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

21. Norma do Estado do Rio Grande do Sul a respeito dos concursos públicos prevê que os critérios de aprovação nas provas físicas para os candidatos com deficiência, inclusive durante o curso de formação, se houver, e no estágio probatório ou no período de experiência, poderão ser os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos, conforme previsto no edital.

Neste caso, é correto afirmar:

- a) É constitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- b) É constitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação em provas físicas de concursos públicos.
- c) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência, em que pese em conflito com o quanto disposto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, não viola bloco de constitucionalidade.
- d) A norma que estabelece que os critérios de aprovação nas provas físicas poderão ser os mesmos para candidatos com e sem deficiência somente é aplicável às hipóteses em que essa exigência for indispensável ao exercício das funções próprias de um cargo público específico.
- e) A conformidade da norma com relação à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD não importa para fins de verificação da sua

22. Acerca da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, assinale a alternativa correta.

- a) É inconstitucional lei estadual que permita a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios sem a edição prévia das leis federais previstas na Constituição Federal.
- b) Pendente a legislação federal prevista na Constituição Federal, são admissíveis os regramentos estaduais que possibilitem o surgimento de novos municípios e que não

invadam a competência da União para disciplinar o tema.

- c) A dicção contida na Constituição Federal impõe a aprovação prévia de leis federais para que os estados-membros da Federação sejam autorizados a iniciar novos processos de emancipação municipal, entretanto, na sua ausência, dispõe o Estado de competência legislativa para tratar da matéria.
- d) Normas estaduais que tratem da criação, incorporação e fusão de municípios ficarão suspensas acaso sobrevenha legislação federal com elas incompatíveis.
- e) Para a criação de municípios, exige-se referendo das populações dos Municípios envolvidos, além da divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal.

23. Acerca da constitucionalidade de normas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional lei estadual que inclui o pagamento de pessoal inativo nas despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) As constituições estaduais podem instituir novas hipóteses de foro por prerrogativa de função, além daquelas previstas na Constituição Federal, desde que limitado à autoridades.
- c) É inconstitucional norma de constituição estadual que estende o foro por prerrogativa de função a autoridades não contempladas pela Constituição Federal de forma expressa ou por simetria.
- d) É constitucional a fixação de teto por poder ou de forma única para os servidores municipais.
- e) Afronta a CF/88 a edição de medida provisória no mesmo dia em que o sancionado ou vetado projeto de lei com conteúdo semelhante.

24. Com relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

I. Não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica respectiva.

II. Não compete ao Poder Legislativo suspender a eficácia de lei ou ato normativo declarado inconstitucional em controle concentrado de constitucionalidade.

III. Em nenhuma hipótese se admite ação declaratória de constitucionalidade em face de lei estadual.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

25. Julgue os itens a seguir:

I. Os estados-membros, no exercício de suas autonomias, podem adotar o modelo federal previsto na Constituição, cuja reprodução, contudo, não é obrigatória.

II. No caso de realização de eleição indireta, a previsão normativa estadual de votação nominal e aberta é compatível com a CF.

III. No caso de dupla vacância, faculta-se aos estados-membros, ao Distrito Federal e aos municípios a definição legislativa do procedimento de escolha do mandatário político.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

26. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I. É inconstitucional norma estadual que vincule subsídios de agentes políticos de distintos entes federativos, de modo que qualquer aumento no valor dos subsídios de um resulte, automaticamente, aumento no de outro.

II. É inconstitucional norma estadual que estabeleça o pagamento a parlamentar — no início e no final de cada sessão legislativa — de ajuda de custo correspondente ao valor do próprio subsídio mensal.

III. A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa do Congresso Nacional, com o respectivo número de ordem.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

27. Acerca da defesa do estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta:

a) Durante o estado de sítio, admite-se a supressão do direito à liberdade de reunião.

b) Durante o Estado de defesa, admite-se a ocupação e uso temporário de bens e serviços privados, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

c) Durante o Estado de defesa, admite-se a intervenção nas empresas de serviços públicos.

d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

e) Decretado o estado de sítio ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

28. Acerca da intervenção, assinale a alternativa correta:

- a) A não quitação de precatórios no prazo legal sujeita o estado ao procedimento de intervenção federal.
- b) A parte interessada na causa pode se dirigir ao STF, com pedido de intervenção federal, para prover a execução de decisão da própria corte ou do tribunal de justiça local.
- c) O procedimento de intervenção reveste-se de caráter político-administrativo e, porque instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário, permite a utilização do recurso extraordinário.
- d) Os Municípios situados no âmbito dos Estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União Federal, eis que, relativamente a esses entes municipais, a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o Estado-membro.
- e) Cabe exclusivamente ao STF requisição de intervenção para assegurar a execução de decisões da Justiça do Trabalho ou da Justiça Militar, desde que fundadas em direito constitucional.

29. Acerca do direito à educação previsto na constituição federal, assinale a alternativa correta:

- a) Lei Complementar estabelecerá o plano nacional de educação, de duração quinquenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.
- b) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, não podendo ser dirigidos, em nenhuma hipótese, a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.
- c) A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de

qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

- d) Na organização dos sistemas de ensino, a União definirá formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.
- e) Os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

30. Acerca do direito à cultura, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Público, exclusivamente, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- b) A lei regulamentará a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- c) O Sistema Nacional de Cultura, centralizado pela União, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
- d) O plano nacional de cultura não constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação.
- e) A complementaridade nos papéis dos agentes culturais é um dos princípios que rege o Sistema Nacional de Cultura.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

31. Sobre Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) Consórcios públicos sempre adquirirão personalidade jurídica de direito público.
- b) Consórcios públicos podem ser celebrados entre a União, Estados e Municípios, os Estados entre si e com os Municípios, mas não, isoladamente, os Municípios entre si.
- c) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- d) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas aplica-se apenas às fundações de direito público e não às de direito privado.
- e) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

32. Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre Contratos Administrativos, é correto afirmar:

- a) Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- b) O reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro poderá ocorrer desde que o contrato não tenha sido extinto.
- c) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.
- d) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- e) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

33. No que diz respeito aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao Poder Judiciário, desde que com fundamento na isonomia, aumentar vencimentos de servidores públicos.
- b) Os pagamentos indevidos ao servidor público decorrentes de erro administrativo, não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ainda que o servidor comprove que recebeu de boa-fé, bem como que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.
- c) Comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e prorrogações, os servidores temporários farão jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.
- d) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- e) Incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

34. Sobre Conselhos Profissionais, é correto afirmar:

- a) Os conselhos profissionais, por constituírem espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- b) Os conselhos profissionais, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não se submetem a obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único para seus servidores.
- c) Os conselhos profissionais não necessitem de realizar concurso público para contratação de seus servidores.
- d) Como os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza jurídica de autarquia se submetem ao regime de precatórios.
- e) Os Conselhos não são dotados de poder de polícia.

35. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) O regime diferenciado, mais favorável, aplicável às licitações das microempresas e empresas de pequeno foi extinto com a nova lei de licitações.
- b) Em regra, a fase de habilitação precederá à fase de apresentação de propostas, bem como à fase de julgamento.
- c) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- d) É dispensável a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- e) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior retorno econômico.

36. No que diz respeito ao tema Bens Públicos, assinale a alternativa correta

- a) Nos termos da Lei 14.133/2021, o bem público imóvel será alienado mediante licitação na modalidade concorrência, independentemente do valor do bem, atendidos os demais requisitos legais.
- b) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, retiram o domínio da União, quando se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.
- c) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.
- d) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora ainda que estejam diretamente ligados à prestação de serviços.
- e) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros.

37. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar

- a) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.
- b) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco administrativo.
- c) A responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos será objetiva, desde que a vítima seja usuária do serviço público.
- d) Implica responsabilidade do Estado o dano causado por policial militar que, estando de folga, mas fardado, pega carona em veículo de particular e, usando arma da corporação, acaba por feri-lo com tiro.
- e) Caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

38. Sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) É indispensável a presença do acusado ou de seu procurador, durante as oitivas das testemunhas, previamente intimados da realização do ato.
- b) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas não gera nulidade se intimado o servidor investigado.
- c) O fato de o acusado estar em licença para tratamento de saúde impede a instauração de processo administrativo disciplinar.
- d) A administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato discricionário.
- e) No processo administrativo disciplinar, o servidor indiciado tem o direito de acompanhar pessoalmente o processo, sendo-lhe facultada a contratação de advogado. Todavia, a renúncia a esse direito induz a nulidade do procedimento.

39. Relativamente à Improbidade

Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento cautelar do agente público de seu cargo é medida excepcional que pode perdurar por até 120 dias.
- b) A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é exclusividade do Poder Judiciário.
- c) Nas ações de improbidade administrativa não é admissível a utilização da prova emprestada, colhida na persecução penal.
- d) A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado.
- e) A ausência da notificação do réu para a defesa prévia, ensejará a nulidade processual, por se tratar de prejuízo presumido.

40. Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é incorreto afirmar:

- a) A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/19.
- b) A justiça comum é competente para processar e julgar ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea.
- c) É objetiva com base no risco integral a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- d) É inconstitucional a interpretação de disposições legais que viabilizem a promoção a cargo de nível superior a servidores que ingressaram por concurso público para cargo de nível médio.
- e) É desnecessária a autorização legislativa expressa para a criação de subsidiárias quando houver autorização legislativa da criação de empresa pública ou sociedade de economia mista e nesta constar permissão genérica da possibilidade de criação de subsidiárias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

41. Assinale a alternativa correta:

- a) A antecipação dos efeitos do fato gerador não está expressamente autorizada na Constituição Federal.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça a reponsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.
- d) Para o Supremo Tribunal Federal a isenção do §7º do art. 195 da Constituição Federal (“São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”) inibe o lançamento tributário de contribuições para seguridade social às entidades beneficentes que são isentas e também aquelas entidades a elas equiparadas, o que não alcança as demais espécies tributárias.
- e) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, em proteção ao pacto federativo, a imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão quando aquele que sucedeu é a União, Estado ou município.

42. Assinale a alternativa incorreta:

a) No que diz respeito ao princípio da anterioridade e também aos tributos que se submetem a ela, no caso das medidas provisórias que aumentem ou majorem tributos no geral o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a edição da própria medida provisória. Já quando o objeto da medida provisória foi a criação ou majoração de impostos o termo inicial da anterioridade anual é o da conversão em lei da medida provisória. Já o princípio da anterioridade nonagesimal, em qualquer dos casos, o termo inicial do prazo acontece a partir da edição da medida provisória.

b) A União não pode invocar ao seu favor a regra da imunidade recíproca contra o Distrito Federal quando este for lhe cobrar taxa de coleta de lixo.

c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

d) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.

e) De acordo com o CTN, tratando-se de solidariedade, é inaplicável o benefício de ordem.

43. Sobre a imunidade tributária, está correta.

a) Aplica-se a imunidade tributária exclusivamente ao patrimônio do sindicato patronal;

b) Não se aplica a regra da imunidade aos sindicatos patronais, que é restrita, exclusivamente, aos templos de qualquer culto, às entidades de assistência social sem fins lucrativos e aos livros, jornais e periódicos.

c) Para fins de verificação da existência ou não da imunidade, a orientação atual do Supremo Tribunal Federal, na linha da súmula 591, é a de que importa somente a posição de contribuinte de direito, não alcançando o contribuinte de fato, nem sendo considerada a repercussão econômica do tributo.

d) a imunidade apenas se aplica aos impostos.

e) a imunidade tributária deve ser aplicada ao imposto sobre produtos industrializados (IPI) na importação e exportação de produtos industrializados oriundos ou destinados ao exterior.

44. Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao que está previsto no Código Tributário Nacional:

a) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;

b) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário;

c) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

d) Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

e) A transação é causa extintiva do crédito tributário;

45. Assinale a alternativa correta.

a) O fato gerador da obrigação deve configurar uma situação que independa de uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte;

b) O imposto deve estar previsto na Constituição Federal ou ser instituído com base na competência residual da União, dentro das limitações constitucionais impostas, podendo ser, em razão disso, instituída por lei ordinária;

c) O imposto instituído com base na competência residual da União pode inclusive ter o mesmo fato gerador dos demais discriminados na Constituição, se a destinação for outra;

d) Quando a base de cálculo de dois impostos se sobrepõe, a solução jurídica é a aplicação da maior alíquota, dividida entre os dois tributos;

e) Apenas duas alternativas acima estão corretas

46. Sobre a competência tributária, está correto:

I - Aplica-se retroativamente, por ser mais benéfica, lei tributária que institui isenção desde que o tributo não tenha sido pago;

II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente dicotômica referente a função da lei complementar no Direito Tributário;

IV - É possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária;

V - Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- b) As proposições I, II e III estão incorretas;
- c) Apenas as proposições I e V estão corretas
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas;
- e) Apenas as proposições III e IV estão incorretas.

47. Sobre as execuções fiscais, é correto dizer:

a) A execução fiscal é instrumento adequado para cobrança de dívida ativa apenas de natureza tributária;

b) As decisões dos tribunais de contas que imputem débitos ou multas possuem eficácia de título executivo e que não precisam ser inscritas em dívida ativa, mas neste caso não poderá a cobrança acontecer por meio de execução fiscal.

c) O juízo da falência é também o competente para julgar as execuções fiscais distribuídas contra o falido.

d) Nas execuções fiscais a interrupção da prescrição de dá por meio da citação válida.

e) De acordo com a lei de execução fiscal, para concessão de efeito suspensivo nos embargos à execução não será necessário garantia do juízo, bastando existir probabilidade do direito invocado pelo embargante e restar comprovado o perigo de dano.

48. No âmbito do Direito Tributário, para o CTN são consideradas normas complementares:

a) os atos administrativos expedidos pelas autoridades administrativas e judiciais no exercício da competência jurisdicional;

b) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição contenciosa ou voluntária, a que a lei atribuir eficácia normativa;

c) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e judiciais com repercussão geral;

d) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as organizações das sociedade civil;

e) as práticas reiteradamente observadas pela autoridade administrativa.

49. Sobre a preferência do crédito tributária, assinale a alternativa incorreta

a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;

b) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, mas não preferem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

c) Para o Superior Tribunal de Justiça a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art; 185 - A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

d) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de deu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;

e) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

50. O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

V. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I, II e III
- d) I, IV e V
- e) III e IV

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

51. Acerca da tutela de evidência, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de compra e venda, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

b) A tutela de evidência é cabível na hipótese de tutela antecipada requerida em caráter antecedente.

c) É cabível medida liminar em tutela de evidência quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

d) O abuso do direito de defesa deve ser observado em todas as hipóteses da tutela de evidência.

e) É cabível a tutela de evidência independentemente da demonstração de perigo de dano, porém, em casos excepcionais, pode ser concedida para assegurar o risco ao resultado útil do processo.

52. Considere as assertivas a seguir sobre a improbidade administrativa, ação civil pública e mandado de segurança.

I. A teoria da encampação somente é admitida na doutrina.

II. A indisponibilidade de bens, na ação de improbidade administrativa, pode ser presumida somente quando houver atos ímprobos que causam prejuízo ao erário, segundo o STJ.

III. É admitida a declaração de inconstitucionalidade como pedido principal da ação civil pública.

IV. Segundo o procedimento do mandado de segurança, ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) IV.

53. Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a reclamação.

- a) É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, ainda que esgotadas as instâncias ordinárias.
- b) Caso o beneficiário da decisão impugnada tenha interesse atuará como *amicus curiae*.
- c) qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- d) Ao despachar a reclamação, o relator citará a autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado.
- e) Caberá reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, porém, somente dos Tribunais Superiores.

54. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, a decisão que receber a petição inicial

- a) é irrecorrível.
- b) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias.
- c) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de dez dias.
- d) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias.
- e) desafia recurso de apelação, no prazo de dez dias.

55. O Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/09) é competente, observado o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos, para julgar

- a) ação de mandado de segurança.
- b) ação de desapropriação.
- c) as causas sobre bens móveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- d) ações de execuções fiscais.
- e) ações de improbidade administrativa.

56. Sobre a remessa necessária, não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

- a) 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) 300 (trezentos) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais dos Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- c) 100 (cem) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados.
- d) 500 (quinhentos) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- e) 60 (sessenta) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais dos Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.

57. A respeito da petição inicial, assinale a alternativa correta.

- a) Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- b) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- c) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 10 (dez) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, e, no caso de assunção de competência, observadas as hipóteses taxativas previstas no CPC.
- e) De acordo com o CPC, juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

58. Sobre o incidente de desconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) Concluída a instrução o incidente será resolvido por sentença.
- b) A instauração do incidente suspenderá o processo, ainda que a desconsideração da personalidade jurídica tenha sido requerida na petição inicial.
- c) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude contra credores, será anulável em relação ao adquirente.
- d) O incidente é aplicável a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- e) Após a instauração do incidente, o sócio ou a pessoa jurídica serão intimados para manifestar e requerer as provas cabíveis no prazo de quinze dias.

59. A respeito dos precatórios, é correto afirmar que

- a) os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor não consubstanciam verba de natureza alimentar.
- b) ao credor é vedada a entrega de créditos para compra de imóveis públicos.
- c) a cessão de crédito alimentício não implica em alteração de sua natureza.
- d) a CF/88 admite a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos.
- e) a obrigação de fazer se sujeita ao regime de precatórios.

60. Compete processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada

- a) a Justiça Estadual;
- b) a Justiça do Trabalho;
- c) a Justiça Federal;
- d) o STJ;
- e) o STF.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

62. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública. Em relação a esse instituto, é incorreto afirmar que:

- a) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;
- b) salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;
- c) o evicto terá, desde que previsto no contrato, direito à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;
- d) as benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante;
- e) não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

63. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

64. Mateus soube que Otávio precisava de um fiador e se ofereceu para ocupar o encargo. Apesar do ato gentil, Otávio recusou prontamente a proposta, pois não queria depender de Mateus, seu sogro. Mateus, então, mesmo contra a vontade de Otávio, procurou João e firmou o contrato de fiança, renunciando ao benefício de ordem. Com base no caso, assinale a afirmativa correta:

- a) a fiança é nula, pois foi estipulada contra a vontade de Otávio;
- b) caso Mateus se torne insolvente, João poderá exigir sua substituição;
- c) em caso de execução, Mateus poderá exigir que sejam primeiro executados os bens de Otávio;
- d) a fiança poderá ser anulada por Otávio no prazo decadencial de quatro anos, tendo em vista que foi estipulada contra sua vontade;
- e) a fiança poderá ser anulada por Otávio no prazo decadencial de dois anos, tendo em vista que foi estipulada contra sua vontade, já que inexistente a previsão de prazo decadencial para esse caso na lei.

65. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um bem público é, conforme o Superior Tribunal de Justiça, de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

66. Carlos contratou, no salão Embelezze, um serviço de tratamento vip, com tratamento de pés, mãos, cabelo e massagens, tendo estabelecido que a favorecida seria Maria. Não imaginando o que poderia ocorrer, Carlos se desentendeu com Maria, não mais estando satisfeito em a favorecer com o tratamento do salão, que ainda iria ocorrer em uma semana. Assim:

- a) Maria não poderá exigir o cumprimento da obrigação, visto que o contrato foi firmado por Carlos;
- b) para que Carlos substitua Maria como terceira favorecida, colocando a sua mãe no lugar, precisará da anuência de Maria;
- c) se houver cláusula no contrato permitindo que Maria reclame pela execução da obrigação, Carlos não poderá exonerar o salão do cumprimento, ainda que afirme que está insatisfeito com Maria;
- d) cabendo a substituição de Maria por outra pessoa como terceira favorecida, a substituição não poderá ocorrer por meio de disposição última de Carlos;
- e) em qualquer hipótese, apenas Carlos poderá exigir que o salão cumpra a obrigação, já que ele pagou pelo serviço.

67. O prédio da sede da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul e por ela adquirida é:

- a) bem público de uso comum;
- b) bem público de uso especial;
- c) bem particular da referida Associação;
- d) bem público de uso dominical;
- e) bem público, já que afetado para a utilização por servidores do Estado do Rio Grande do Sul.

68. A empresa Constructo firmou contrato de empreitada com um particular, seu cliente. A depender das peculiaridades do contrato, é correto afirmar que:

- a) pode-se presumir que o fornecimento de materiais é obrigação da empresa contratada;
- b) se a empresa Constructo fornecer apenas a mão-de-obra, então os riscos que não tiver culpa correrão por conta do cliente que o contratou;
- c) o empreiteiro não é obrigado a pagar os materiais que recebeu se o inutilizar por imperícia, visto que esse é um risco esperado da atividade;
- d) uma vez contratado, o preço do contrato não pode ser revisto em razão da força vinculativa do termo firmado;
- e) o contrato de empreitada não se extingue pela morte do contratado, ainda que importe suas qualidades profissionais específicas para a execução do contrato.

69. Em relação ao Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação correta:

- a) o exercício de cargo em comissão na Administração Pública é situação que permite a emancipação do menor de dezoito anos;
- b) em uma associação civil, há direitos e obrigações recíprocos entre os seus associados;
- c) as praças públicas são bens públicos de uso especial;
- d) não constitui ato ilícito a lesão a pessoa quando resultar do exercício regular de um direito conhecido;
- e) em um negócio jurídico, o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

70. Em relação à prescrição, é correto afirmar que:

- a) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por até duas vezes;
- b) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por quantas vezes couber;
- c) ela somente pode ser alegada como matéria preliminar em ação judicial, não ocorrendo durante o trâmite processual;
- d) a sua interrupção poderá ocorrer uma única vez, sendo vedada a sua repetição para além dessa única vez, conforme previsão legal expressa;
- e) apenas o despacho do juiz competente é capaz de interromper a prescrição.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Em relação às parcelas que compõem a remuneração e o salário,

- a) o transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, configura salário utilidade quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.
- b) o transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, não configura salário utilidade, ainda quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.
- c) a habitação concedida pelo empregador como condição necessária para a execução do contrato detém natureza salarial.
- d) os valores gastos com a educação do empregado, excepcionados os relativos a livros e outros materiais didáticos, integram o salário do empregado para todos os efeitos legais.
- e) as gorjetas, espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados, integram o salário do empregado, devendo ser consideradas para o cálculo das horas extras eventualmente prestadas.

72. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
- b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- d). É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
- e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

73. No tocante à jornada de trabalho e, de acordo com a legislação vigente, considere:

I. Empregado e empregador poderão estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas, por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

II. É facultada às partes no contrato de emprego, a compensação da jornada de trabalho, sendo que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

III. Em casos específicos de empregados contratados para jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais, mas que habitualmente prorrogam essa jornada, a jurisprudência tem-se posicionado no sentido de reconhecer, no mínimo, uma hora de intervalo para repouso e alimentação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I e II, apenas

74. Determinada empresa pública estadual, intimada da sentença trabalhista no dia 07.10.2020 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 28.10.2020 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois está vinculado ao juízo de admissibilidade da instância inferior.
- b) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois não foi observado o prazo legal de quinze dias corridos.
- c) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.
- d) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.
- e) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi interposto intempestivamente.

75. Assinale a alternativa ERRADA:

- a) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- b) O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 5 (cinco) dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção
- c) O seguimento de recurso de revista que não demonstre transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica poderá ser denegado monocraticamente pelo relator, cabendo agravo ao órgão colegiado contra tal decisão.
- d) As cláusulas de natureza econômica podem ser objeto de dissídio coletivo quando proposto em face das pessoas jurídicas de direito público que mantenham empregados.
- e) Das decisões definitivas ou terminativas de vara do trabalho cabe recurso ordinário para o respectivo tribunal regional do trabalho, com efeito exclusivamente devolutivo, admitindo-se, contudo, a obtenção de efeito suspensivo através de ação cautelar.

**SEGURIDADE SOCIAL E
PREVIDENCIÁRIO**

Felipe Cavalcanti

76. A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, considere as seguintes proposições:

I – A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

II – Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

III – Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

IV – A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas
- e) Todas as assertivas são falsas.

77. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar devem, obrigatoriamente, prever os seguintes institutos:

a) benefício proporcional diferido, independentemente da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade.

b) portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano.

c) resgate da totalidade do direito acumulado pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada.

d) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

e) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes à sua remuneração, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

78. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

- a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.
- b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.
- c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.

79. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, incide contribuição previdenciária sobre a seguinte parcela da remuneração do servidor:

- a) terço de férias.
- b) pagamento retroativo de subsídios.
- c) serviços extraordinários.
- d) adicional noturno.
- e) adicional de insalubridade.

80. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;
- d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;
- e) deverão ser extintos.

DIREITO ECONÔMICO

Vanessa Arns

81. Sobre o Direito Concorrencial, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas nesta Lei..
- b) O Cade é constituído por Tribunal Administrativo de Defesa Econômica Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.
- c) O Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.
- d) Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada.
- e) A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda

que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

82. São princípios explícitos que norteiam a Lei de Liberdade Econômica, n. 13874/2019, exceto:

- a) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.
- b) a boa-fé do particular perante o poder público.
- c) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.
- d) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.
- e) A Liberdade de Concorrência entre empresas do mesmo setor.

83. É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

- a) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.
- b) redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado.
- c) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.
- d) redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco.
- e) facilitar a formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

84. Assinale a opção que, corretamente, lista princípios que a Constituição assenta para a ordem econômica:

- a) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.
- b) Livre iniciativa, tratamento favorecido a pequenas empresas com sócios nacionais, defesa do meio ambiente, defesa do consumidor e redução das desigualdades sociais.
- c) Soberania nacional, livre concorrência, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e livre iniciativa.
- d) Defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, defesa da atuação do estado como agente regulador e produtor na economia, defesa da concorrência, propriedade privada e função social da propriedade.
- e) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.

85. Acerca das práticas comerciais restritivas à livre concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A competência internacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE quanto às condutas restritivas à livre concorrência orienta-se pela teoria dos efeitos.
- b) A configuração da venda casada como conduta restritiva à livre concorrência independe do poder de mercado do produto principal.
- c) Um acordo entre concorrentes sobre áreas de atuação exclusiva e não sobre preço afasta a caracterização de cartel.
- d) A prática de fixação de preços de revenda em contratos de franquia, em regra, é tida como ilícita pelo CADE.
- e) As condutas restritivas à livre concorrência praticadas em setores regulados, como telefonia, energia elétrica e sistema financeiro, são de competência exclusiva das agências reguladoras respectivas.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

86. Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil
- e) Ponto

87. Determinada sociedade empresária realizou, na qualidade de arrendadora, contrato de arrendamento mercantil financeiro com um particular, tendo havido o pagamento de diversas prestações mensais que, além do principal, incluíam também valor adiantado a título de valor residual garantido (VRG). Posteriormente, em razão de inadimplemento do arrendatário, a sociedade ajuizou ação de reintegração de posse do bem objeto do contrato.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- a) A cobrança antecipada do valor residual garantido descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, portanto se trata de compra e venda à prestação, não sendo possível a retomada da posse pela arrendadora.
- b) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser impreterivelmente devolvido, de forma integral, ao arrendatário.
- c) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser parcialmente devolvido, tendo o arrendatário a garantia legal de receber, no mínimo, metade do valor adiantado, devidamente corrigido.

d) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, cabendo o desconto de outras despesas que tenham sido pactuadas contratualmente.

e) Nenhuma das anteriores.

88. A respeito da suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções ajuizadas contra o devedor quando da decretação da falência ou do deferimento do processamento da recuperação de empresas, assinale a opção correta.

a) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve ser extinta sem resolução de mérito caso o demandante tenha optado por habilitar o seu crédito na ação de recuperação judicial no período de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar.

b) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve permanecer suspensa pelo prazo máximo de cento e vinte dias.

c) A extrapolação do prazo de cento e oitenta dias consiste em expediente que conduz à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo para ações de compensação de danos morais.

d) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial não deve permanecer suspensa até o trânsito em julgado da decisão final proferida no processo de soerguimento.

e) Nenhuma das anteriores

89. A administração da sociedade limitada unipessoal pode ser exercida por

a) membros da magistratura.

b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.

c) pessoa jurídica.

d) servidor público federal civil ou militar da ativa.

e) magistrado ou membro do ministério público.

90. A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.

b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.

c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.

d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

e) nenhuma das anteriores

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

91. Temos, no conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), o somatório de diversas receitas.

Fazem parte do cálculo da RCL, Exceto:

a) a receita tributária

b) as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) a receita patrimonial;

d) a receita decorrente de atividades industriais exploradas pelo ente público;

e) as provenientes das atividades ou explorações agropecuária

92. Sobre o regime jurídicos dos precatórios, assinale a afirmativa correta.

a) Os precatórios de natureza alimentar têm preferência sobre todos os demais, inclusive sobre qualquer precatório devido aos maiores de sessenta anos.

b) O pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor não se submete ao regime de precatórios.

c) Os precatórios de natureza alimentar podem ser fracionados para serem pagos como requisição de pequeno valor em casos excepcionais, a exemplo de maiores de 60 anos, desde que portadores de doença grave.

d) constituem requisição, feita por juiz de primeiro grau, de verba necessária para o pagamento do crédito por motivo de decisão judicial.

e) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

93. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve contemplar:

a) De forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

b) Metas relativas aos programas de duração continuada.

c) Um demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) Dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

e) As diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

94. Conforme a Lei federal n. 4.320/1964, o exercício financeiro

a) compreende um período 360 dias.

b) tem início no primeiro dia útil do ano civil e termina no último dia útil do ano civil.

c) compreende um período 180 dias.

d) coincide com o ano civil.

e) tem início no primeiro dia útil do semestre e termina no último dia útil do mesmo semestre.

95. A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública por um breve e determinado período de tempo. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante:

a) compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

b) será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

c) é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas

d) é decorrente decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

e) abrange valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

96. Joaquim, fiscal de vigilância sanitária de determinado município brasileiro, estava licenciado do seu cargo público quando exigiu de Paulo determinada vantagem econômica indevida para si, em função do seu cargo público, a fim de evitar a ação da fiscalização no estabelecimento comercial de Paulo. Nessa situação hipotética, Joaquim praticou o delito de

a) constrangimento ilegal.

b) extorsão.

c) corrupção passiva.

d) concussão.

e) excesso de exação.

97. A respeito das alterações do Código Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) aponte a alternativa correta:

- a) Caso o agente de segurança pública repila agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes, estará acobertado pela legítima defesa, independentemente do preenchimento dos demais requisitos tradicionais da excludente de ilicitude indicada.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será diretamente executada perante a Vara da Fazenda Pública, pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- c) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- d) A prática de falta grave não possui interferência na obtenção do livramento condicional.
- e) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

98. A teoria penal que defende a distribuição da responsabilidade criminal de determinado fato, entre o agente que praticou a conduta e toda a sociedade, por força de sua prévia exclusão social e indiferença da coletividade, recebe o nome de teoria da:

- a) coculpabilidade.
- b) insignificância.
- c) inexigibilidade de conduta diversa.
- d) coação moral irresistível.
- e) inimputabilidade financeira.

99. Após ser nomeado, tomar posse e iniciar o exercício de suas funções, Adamastor recebeu o seguinte comentário em um post de sua rede social, na internet: "Esse Procurador é um

corrupto". A respeito desse comentário, aponte a alternativa correta a respeito da adequação típica:

- a) Art. 138 - Calúnia, com uma causa de aumento de pena.
- b) Art. 139 - Difamação, com duas causas de aumento de pena.
- c) Art. 140 - Injúria, com duas causas de aumento de pena.
- d) Art. 138 - Calúnia, com duas causas de aumento de pena.
- e) Art. 139 - Difamação, com uma causa de aumento de pena.

100. Considerando a jurisprudência do STJ, assinale a opção CORRETA:

- a) Constitui crime impossível a tentativa de furto em loja comercial dotada de sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, pela impossibilidade de sua consumação.
- b) A prisão em flagrante do suspeito de crime de receptação na posse da *res furtiva*, ciente do crime antecedente de furto, comprova a materialidade do delito.
- c) A utilização de arma de fogo desmuniada para intimidar a vítima caracteriza a elementar "grave ameaça" e acarreta a aplicação da majorante prevista no Código Penal.
- d) Os crimes de furto e de roubo só se consumam quando o agente detém a posse mansa, pacífica e tranquila do bem subtraído.
- e) O estelionato cometido mediante cheque sem fundos independe da espécie de elemento subjetivo.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-RS-Procurador-18-09>